



A UNIVERSALIZAÇÃO DO RACISMO: COMO OS LIVROS DIDÁTICOS REPRODUZEM DISCURSOS E IMAGENS PRECONCEITUOSAS

THE UNIVERSALIZATION OF RACISM: HOW TEXTBOOKS REPRODUCE DISCRIMINATORY DISCOURSE AND IMAGERY

Victor Hugo dos Santos Matos¹
Silvane Aparecida de Freitas²

RESUMO

O livro didático é uma ferramenta pedagógica fundamental para analisar como as relações raciais são recebidas no ambiente escolar. Assim sendo, este artigo tem como objetivo explorar a questão do racismo e suas representações em livros didáticos de História, adotados no município de Ilha Solteira, localizado no estado de São Paulo. Para isso, utilizamos os princípios metodológicos da análise do discurso de orientação francesa, oportunidade em que temos como referência os autores Michael Pechêux e Eni Orlandi, bem como as reflexões do filósofo Michel Foucault com o fito de compreender como os discursos presentes no livro didático em estudo perpetuam ou desafiam estereótipos raciais, procurando destacar a importância de uma Educação que promova a equidade racial e a inclusão, já que defendemos o princípio de que a escola é uma ferramenta importante para essa construção de visibilidade e combate contra inúmeros discursos e atitudes de preconceito, refletindo sobre as implicações das representações discursivas sobre a construção social do racismo, baseado na Lei nº 10.639/2003, que garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Mediante a análise realizada nos livros em questão, concluímos que não há conteúdos verbais e não verbais suficientes para se desenvolver e melhor explorar a questão do racismo. Para isso, entendemos que é preciso professores melhores preparados para mediar o conteúdo desses materiais e contribuir às discussões críticas sobre raça e racismo em sala de aula, visando a formação de um estudante consciente sobre como ocorrem as relações raciais em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Escola. Livro Didático. Análise do Discurso. Educação Antirracista.

ABSTRACT

The textbook is a fundamental pedagogical tool to analyze how race relations are received in the school environment. Therefore, this article aims to explore the issue of racism and its representations in history textbooks, adopted in the municipality of Ilha Solteira, located in the state of São Paulo. For this, we use the methodological principles of the analysis of the discourse of French orientation, an opportunity in which we have as reference the authors Michael Pechêux and Eni Orlandi, as well as the reflections of the philosopher Michel Foucault in order to understand how the discourses present in the textbook under study perpetuate or challenge racial stereotypes, seeking to highlight the importance of an Education that promotes racial equity and inclusion, since we defend the principle that the school is

¹ Professor na Prefeitura Municipal de Ilha Solteira/SP. Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UEMS). Graduado em Educação Física pela Fundação Educacional de Andradina (FEA), Pedagogia e em Licenciatura em Letras Inglês pela Faculdade Campos Elíseos (FCE) e em Letras Português/Inglês pela Universidade de Cabo Verde (UUCV). E-mail: matoshugo@outlook.com.br.

² Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutora em Letras-Linguística pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Mestre em Linguística Aplicada pela Unicamp. Graduada em Letras pela Faculdades de Ciências e Letras Urubupungá (Feclu). E-mail: silvaneafreitas@hotmail.com.



an important tool for this construction of visibility and combat against numerous discourses and attitudes of prejudice, reflecting on the implications of discursive representations on the social construction of racism, based on Law No. 10,639/2003, which guarantees the mandatory teaching of Afro-Brazilian history and culture in schools. Through the analysis carried out in the books in question, we conclude that there is not enough verbal and non-verbal content to develop and better explore the issue of racism. For this, we understand that it is necessary to have teachers who are better prepared to mediate the content of these materials and contribute to critical discussions about race and racism in the classroom, aiming at the formation of a student who is aware of how racial relations occur in our society.

KEYWORDS: Racism. School. Textbook. Discourse Analysis. Anti-racist education.

1 INTRODUÇÃO

A educação desempenha papel importante na construção das ideologias, crenças e valores das novas gerações. No Brasil, a diversidade étnico-racial é uma característica marcante e a maneira como o racismo é abordado nos livros didáticos têm um impacto significativo na formação dos estudantes. Por isso, consideramos importante focar a influência do livro didático na formação do imaginário coletivo e identificações dos estudantes, especialmente por meio do livro didático de História, que é uma disciplina significativa na discussão de fatos históricos desde o Brasil Colônia, trazendo valores culturais e ideológicos que poderão ser cristalizados no inconsciente de estudantes em formação. Tendo em vista que “O poder não é algo que se possui, é uma rede de relações, um jogo de forças. O poder circula e se exerce através de múltiplas formas e instituições” (Foucault, 1975, p. 92).

Mediante o exposto, temos como objetivo explorar a questão do racismo e suas representações em livros didáticos de História, adotados no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo, referentes ao 4º Ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Portanto, pretendemos investigar a naturalização do racismo nesses manuais didáticos. Os livros analisados nesta pesquisa são pertencentes ao Currículo em Ação, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC), e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo analisados os quatro volumes do ano letivo (1º, 2º, 3º e 4º bimestres), mais precisamente, os livros do Currículo em Ação – vol3 – 4º ano, 2024, livro do estudante.

Estudos anteriores sobre a representação do racismo nos livros didáticos brasileiros revelaram uma tendência preocupante de naturalização das questões raciais. Pesquisas como as de Cavalleiro (2000) e Gomes (2003) demonstram a necessidade de uma abordagem crítica e inclusiva na educação, ou seja, em sala de aula. Nesse contexto, é importante salientar que a naturalização



do racismo está presente nos próprios livros didáticos, já que não se fala explicitamente sobre o tema, pois focalizam outros assuntos relacionados, como a origem dos navios negreiros e a vinda dos povos africanos para o Brasil (Lemov, 2018).

Por isso, pretendemos discutir as implicações de estereótipos racistas para a formação dos estudantes e a perpetuação ou desconstrução desses estereótipos raciais, enfatizando a importância de combater o racismo em um país que carrega tantos preconceitos e discriminações, como é o Brasil.

A reeducação do olhar por meio da revisão do passado colonial e a criação de imagens positivas do povo negro são questões fundamentais para desconstrução de estigmas, preconceitos e representações negativas que têm sido historicamente perpetuadas em nossa sociedade, especialmente nos livros didáticos e na mídia.

A Lei nº 10.639/2003 e seu Parecer nº 003/2004 são marcos importantes para a luta pela educação antirracista no Brasil, sendo de fundamental relevância para a promoção da igualdade racial e a valorização da história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Na tentativa de melhor entender a naturalização dos estereótipos racistas no livro didático citado, no desenvolvimento desta pesquisa, adotamos os princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso de orientação francesa, focando-nos na análise do livro didático selecionado, com o fito de entender como se dá a produção de sentidos de ideias e valores veiculados no livro em análise. Para isso, recortamos textos e imagens que abordam questões raciais, para interpretar os intertextos presentes, bem como as construções discursivas sobre raça e racismo presentes nos manuais didáticos em questão.

2 A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO DISCURSO NO CONTEXTO DA LEITURA DOS MANUAIS DIDÁTICOS

A análise do discurso de orientação francesa é uma abordagem teórico metodológica que procura refletir sobre como os discursos verbais (oral e escrito) e não verbais (visual, gestos e pictóricos) produzem sentidos e influenciam à nossa maneira de ser, pensar e agir, refletindo nas relações de poder e formação ideológica e discursiva dos sujeitos de uma sociedade.

De acordo com Orlandi (2001), as teorias de análise do discurso proporcionam um quadro para compreender como os textos verbais e não verbais de uma sociedade. Também discute as relações do sujeito, da ideologia no processo de significação e a relação dos diversos textos de nossa



cultura. Nos estudos do discurso, os textos, em sua materialidade, é produto direto da memória, dos intertextos da história. Trata-se dos processos discursivos em que se inscrevem a formulação e a reformulação, a paráfrase, a ressignificação e a subversão do outro (Pêcheux, 2001).

Pêcheux (1990) aprimora as relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito, formula a teoria dos dois esquecimentos, abordando que “[...] sob a ação da interpelação ideológica, o sujeito pensa que é a fonte do dizer, pois este se apresenta como uma evidência” (Gregolin, 2004, p. 62).

Uma contribuição importante para os estudos do discurso está em Foucault (2009), filósofo francês, cujas ideias permitem refletir sobre como os discursos são formados, mantidos e transformados dentro de estruturas de poder e conhecimento. Esses conceitos ajudam a entender como os discursos influenciam e são influenciados pelas relações de poder nas sociedades, destacando a importância dos contextos histórico e social na formação e interpretação dos discursos (Foucault, 2009).

Conforme preconizado por Foucault (1972), o discurso constitui e é constituído por relações de poder e pode perpetuar preconceitos e desigualdades sociais. Assim, entendemos que no contexto educacional, a Análise do Discurso pode subsidiar a análise de livros didáticos, contribuindo para a problematização dos discursos sobre racismo presentes nesses manuais didáticos.

Na visão foucaultiana, os discursos são três grandes sistemas de exclusão que abordam o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Ao longo do tempo, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção, e que, cada vez mais, o terceiro procura retorná-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificar e fundamentar essa análise do que é o discurso (Foucault, 1972).

Entendemos que as palavras, por si só, não possuem significados fixos; elas carregam sentidos cujas origens são muitas vezes desconhecidas. No entanto, ao deparar-se com uma palavra, surgem tanto o convite à interpretação quanto a ilusão de que o objeto simbólico transmite um significado claro. Orlandi (1999, p. 16) ainda salienta que a Análise do Discurso não se ocupa da língua como um sistema abstrato, mas, sim, da língua em seu contexto, investigando as formas de significar, os homens que falam e a produção de sentidos como parte intrínseca de suas vidas.

A Análise do Discurso desafia a concepção do arquivo como um espaço onde se obtém a verdade, visto que a história não é exterior, mas constitutiva dos processos de produção dos sentidos. Não se define o arquivo com um simples resultado do trabalho de leitura e seleção de



documentos, mas como um espaço do político e da institucionalização dos sentidos. Entendemos que:

Pensar o arquivo é atuar com aquilo que pode ou não ser posto em circulação, conseqüentemente, acessado, lido e, também, interpretado, produzindo sentidos. A forma como determinado arquivo é constituído já marca as relações com os gestos de interpretação, visto que as fontes selecionadas previamente para prover os documentos são afetadas pelo ideológico e o político (Bastos, 2018, p. 50).

Mediante o exposto, consideramos importante analisar os textos dos livros didáticos em questão, à luz dos pressupostos do discurso, analisando esses materiais para entender os interdiscursos, as ideologias e os valores que ele traz e veicula para os sujeitos em formação.

3 A HISTÓRIA DO BRASIL: ESCRAVIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO RACIAL

Todo o processo de formação histórica de nosso país influencia nossa maneira de pensar e agir, pois todos os nossos valores, ideologias e saberes culturais foram determinados pela História que vem sendo circulada em nosso meio há séculos, por isso a importância de se interpretar os dados, em nosso caso, os livros didáticos de História do 4º Ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), levando em conta toda a situação sócio-histórica, política e ideológica em que estamos inseridos.

A história do Brasil é marcada por um longo período de escravização e segregação racial, cujas conseqüências ainda se refletem nas estruturas sociais contemporâneas. Compreender essa História é essencial para analisar como os livros didáticos abordam (ou não) as questões de raça e racismo.

Quando a política de escravização dos povos africanos foi introduzida no Brasil, seu objetivo era o acréscimo da produção de fortunas, sendo possível observar que a escravização indígena também existia. Assim, nota-se que o racismo foi uma ideologia criada ao longo do século XIX, buscava explicar a escravidão retrospectivamente, associando a escravização ao negro (Pinsky, 2015).

O tráfico transatlântico de pessoas escravizadas movimentava um número expressivo de pessoas e de capital. Para se ter uma ideia aproximada, calcula-se que cerca de 11 milhões de africanos foram trazidos à força para as Américas na condição de escravizados entre os séculos



XVI e XIX. Desses, mais de um terço, ou cerca de 4 milhões, foram trazidos para o Brasil (Alonso, 2011).

Quando o navio negreiro aportava, eram embarcados no porão em grupos de 300 a 500 indivíduos, em uma viagem que poderia durar de 30 a 50 dias. Para que coubessem mais pessoas, os suprimentos eram diminuídos. Desembarcados no Brasil, nos portos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Vicente, sendo distribuídos para as diferentes localidades para realizar todo tipo de trabalho (Faria, 2022).

Começaram trabalhando no litoral, no corte do pau-brasil e, posteriormente, no trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar. Depois, foram levados para o interior do território e regiões longínquas para trabalhar na mineração, na criação de gado, no cultivo de cacau, nas charqueadas, na exploração das “drogas do sertão”. Trabalhavam também no serviço doméstico, nas construções públicas de todos os tipos e no comércio de gêneros alimentícios (Santanna, 2015).

Deve ser ressaltado que, ao serem levados a desempenhar diferentes funções, os africanos não chegavam destituídos de sua bagagem cultural (Xavier, 2008). Além de melhorias materiais, os escravizados lutaram por mais liberdade ainda que dentro do processo de escravização.

A escravização de povos africanos no Brasil durou mais de três séculos. Estudos indicam que esse foi um dos maiores, se não o maior, genocídio de que se tem registros. O Brasil foi o último país do hemisfério ocidental a abolir legalmente a escravidão, e isso não aconteceu de forma adequada e pacífica como muitas pessoas acreditam, tudo isso foi fruto da pressão internacional e da força dos quilombos e dos movimentos abolicionistas.

O processo de abolição que supostamente libertou os negros da escravidão não foi capaz de libertar o país das amarras que o racismo representa para a sociedade brasileira. Depois de alforriadas, as vítimas da escravização, foram abandonadas à própria sorte, em condições desumanas para viverem à margem de um sistema que os têm colocado em desvantagem social até hoje.

Nesse contexto, diversas violências e violações aos direitos humanos passaram a ser normalizadas. Violência policial, diferença salarial, altas taxas de homicídios entre os jovens negros, intolerância religiosa, subemprego e falta de acesso à educação são exemplos de agressões sistêmicas sofridas pela população negra no Brasil (Campello, 2018).

Somente em 1822, em troca do reconhecimento da independência política, o Brasil se comprometeu a abolir o tráfico em 1830. Em 1831, foi promulgada uma lei nesse sentido, que se tornou letra morta ou uma lei “para inglês ver”, como foi dito na época.



Assim, não se pode negar o quanto as questões raciais e racistas estão enraizadas em nossa memória discursiva. Essa questão precisa ser discutida nas escolas, ou seja, ser explorada na educação brasileira, por meio dos livros didáticos, que é o principal instrumento utilizado pelos professores em sala de aula.

A educação antirracista visa desconstruir preconceitos e promover uma compreensão crítica das relações raciais à necessidade e essa questão pode ser pensada em duas concepções: a primeira num olhar de representatividade e de reconhecimento de nossa história e a segunda pensando na escola enquanto espaço social em que nossas primeiras relações são estabelecidas. A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), incluindo a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Consideramos importante compreender como o racismo se reproduz dentro das instituições, como ele opera as desigualdades estruturais, para a partir dessa compreensão, traçar estratégias a fim de construir uma sociedade igualitária (Macedo, 2017). A educação, enquanto elemento básico de qualquer mudança, é essencial nesse debate, principalmente a educação antirracista, que deve ser encarada como uma estratégia pedagógica de transformação efetiva, sem a qual não é possível pensar em uma sociedade plural, que respeite e valorize as diferenças.

4 OS LIVROS DIDÁTICOS EM QUESTÃO: UM MERGULHO INICIAL

Os livros didáticos, enquanto instrumentos pedagógicos, desempenham um papel crucial na formação da visão de mundo das crianças, reproduzindo frequentemente as ideologias racistas que circulam na sociedade. Ao apresentar uma visão distorcida ou estereotipada da história e da cultura afro-brasileira, esses materiais perpetuam a marginalização dos negros, afetando diretamente a autoestima e identidade das crianças negras. Esse processo contribui para a manutenção das desigualdades raciais, reforçando padrões de exclusão e discriminação no ambiente escolar.

Neste subitem analisaremos os livros didáticos da disciplina de História, do material Currículo em Ação do governo do estado de São Paulo, disponibilizado pela SEDUC, distribuídos pelo PNLD, sendo os quatro volumes do ano letivo do 4º Ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Os livros analisados nesta pesquisa foram os quatro volumes do ano letivo (1º, 2º, 3º e 4º bimestres), mais precisamente, o Vol. 3, – 4º ano, 2024, livro do estudante.



Inicialmente, apresentamos no quadro a seguir a organização de conteúdos contemplados nos quatro volumes da disciplina de História da turma selecionada, a fim de observarmos em quais deles constam aspectos voltados à questão do racismo.

Quadro 1: Conteúdos dos livros didáticos do 4º Ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) da disciplina de História do material Currículo em Ação da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Bimestres	Conteúdo Programático
1º Bimestre	Aula 1 – Fontes Históricas Aula 2 – Linha do tempo: Períodos Históricos da Humanidade Aula 3 – A Pré-História Aula 4 – O início e a evolução da agricultura Aula 5 – A pecuária Aula 6 – Mudança do campo à cidade Aula 7 – Desenvolvimento das Sociedades Humanas por meio das migrações Aula 8 – O povo pelo mundo: Migrações Atuais
2º Bimestre	Aula 1 – Nomadismo e sedentarismo Aula 2 – A origem dos povos no continente americano Aula 3 – A vida no campo Aula 4 – A vida urbana Aula 5 – Como surgiram as cidades Aula 6 – Relação histórica: homem e natureza Aula 7 – Formação da cultura de São Paulo Aula 8 – A vida no estado de São Paulo
3º Bimestre	Aula 1 – O surgimento do comércio Aula 2 – O comércio e os feticídios Aula 3 – A expansão do comércio e as rotas comerciais Aula 4 – Os caminhos terrestres, fluviais e marítimos Aula 5 – A vinda forçada dos povos africanos Aula 6 – Comunicação – as cartas Aula 7 – A linha do tempo dos meios de comunicação Aula 8 – Comunicação e os diferentes grupos da sociedade
4º Bimestre	Aula 1 – O Brasil indígena Aula 2 – Os Portugueses chegam ao Brasil Aula 3 – O Brasil Africano Aula 4 – Os Bandeirantes Aula 5 – Outros povos Aula 6 – O povo nordestino pelo Brasil Aula 7 – A história do estado de São Paulo Aula 8 – A migração do retorno

Fonte: Autoria própria com base nos livros didáticos analisados.

De acordo com o quadro, é possível observar que no primeiro e segundo bimestres não são abordados aspectos relacionados ao racismo, portanto, as análises estão concentradas apenas no terceiro e quarto bimestres, trazendo aspectos relacionados ao povo africano.



Os conteúdos relacionados aos povos africanos, do terceiro e quarto bimestres, demonstram representações históricas, contudo, consideramos que a análise de um livro compreende não apenas o conteúdo proposto, mas também, como esse conteúdo é apresentado (Da Silva, 2020), sendo necessário se ater aos significados que esse conteúdo veicula, levando em conta sua historicidade e conjuntura da época.

Numa abordagem discursiva, não deixamos de considerar a questão cultural, que faz parte da história dos povos de uma nação, por isso entendemos que um livro didático deve tratar as culturas africanas com respeito e precisão, evitando estereótipos ou simplificações. Ao analisar, devemos observar se o livro apresenta a diversidade cultural africana em termos de língua, religião, arte, música e modos de vida, ou se recai em uma visão monolítica da África (Ricken, 2024).

A análise do livro didático, ao trazer o conteúdo sobre a vinda forçada dos povos africanos para o Brasil, indica uma variação significativa na visibilidade do racismo. Apresenta discussões sobre discriminação racial, destacando a história e as contribuições dos afro-brasileiros e indígenas. Outras passagens, no entanto, demonstram uma visão superficial ou omitem eventos históricos cruciais, contribuindo para a invisibilização das questões raciais.

Na parte de História, temos o conteúdo sobre a vinda forçada dos povos africanos, em que encontramos nas seções conteúdos sobre esses povos, oportunidade em que temos 23 páginas falando sobre esse assunto, dedicados à história da escravização para a não naturalização no Brasil, a luta por direitos civis e as contribuições culturais dos afro-brasileiros. Essas representações ajudam a promover uma compreensão da história brasileira, mas de forma a perpetuar alguns estereótipos sobre o negro. Como no excerto a seguir, fragmento de um dos textos do LD em análise:

[...] O sistema escravista, estabelecido pelos países europeus no continente, deu origem a uma terrível máquina de comercialização humana, levando à escravização em massa de mais de 20 milhões de africanos, [...] No entanto, a chegada dos portugueses ao litoral africano no século XV inaugurou uma nova era de comércio, influência e exploração. [...], As negociações eram conduzidas principalmente por meio de trocas de mercadorias, em que os europeus ofereciam itens como tecidos, armas de fogo, bebidas alcoólicas e outros produtos em troca de ouro, marfim, escravos e especiarias africanas (São Paulo, 2024, p. 127).

Nesse excerto, temos um recorte histórico em que os autores do livro didático, como voz de autoridade, trazem conteúdos considerados “verdadeiros” para solidificarem a questão na memória discursiva dos sujeitos em formação. Menciona as negociações dos povos africanos como “trocas de mercadorias”, levando os estudantes a refletirem sobre o contexto de exploração do



povo africano, em que eles eram trocados como se fossem “coisas”, de forma fria. Trocavam-se pessoas (os escravos), ouro, especiarias por objetos/mercadorias como armas, bebidas alcoólicas e outros produtos.

O racismo foi/é um fator decisivo no processo de segregação da população negra, pois incide sobre este grupo étnico negações de direitos sociais e determina as suas condições sociais de geração em geração. Como elemento de estratificação social, o racismo se solidificou dentro do sistema educacional, dos currículos, dos livros didáticos, das práticas pedagógicas, dos órgãos gestores, perpetuando uma estrutura desigual de oportunidades sociais para os negros (De Carvalho et al., 2023).

No fragmento a seguir, temos um conteúdo com enunciados que reforçam visões estigmatizadas das populações afro-brasileira e indígena.

Entre os séculos XVI e XIX, aproximadamente quatro milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil. Ao chegarem ao país, esses escravizados eram destinados a diversas atividades, incluindo a produção de açúcar, algodão, cacau e o trabalho nas minas de ouro e diamante, além de serem empregados em serviços domésticos. Os sobreviventes eram desembarcados e vendidos nos principais portos da colônia, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro (São Paulo, 2024, p. 130).

Nesse excerto, temos representações dos povos africanos como animais, pois eram trazidos “à força”, não tinham vontade própria, “eram destinados”, ou seja, já vinham para o país com um destino certo, desenvolver atividades braçais que o povo português que aqui residia não se sujeitava a fazer, como a agricultura e serviços domésticos. Quando se diz que os “sobreviventes eram desembarcados”, não se menciona povos que sobreviveram, mas só sobreviventes, que pode se referir a animais, já que estes eram “desembarcados” como animais (gado) e eram vendidos nos portos.

Esses discursos naturalizam as desigualdades raciais e reforçam preconceitos ao invés de promover uma compreensão crítica das relações raciais (Ricken, 2024). Os termos utilizados são comumente utilizados para coisas e animais, naturalizando desde sempre, até os dias de hoje esses povos, como coisa, seres inferiores, reforçando a questão do preconceito.

Mediante o exposto, consideramos que o racismo presente no cotidiano escolar deve ser enfrentado transversalmente, de forma que possibilite a construção de processos educativos em todos os segmentos institucionais e a escola precisa buscar uma educação às novas gerações com base na convivência, respeito e valorização das culturas plurais e da diversidade racial. Cabe ao



professor rebater esses termos que podem gerar preconceitos, levar o estudante a fazer uma compreensão ativa, ressignificar esses termos, desconstruir para construir.

Algumas das estratégias de inclusão identificadas nos livros didáticos sob análises, inclui o excerto a seguir, em que se menciona a lei da abolição.

A Lei Eusébio de Queirós foi uma das medidas adotadas durante o movimento abolicionista no Brasil, que buscava a libertação dos escravos e o fim da escravidão no país. Como consequência, houve uma redução gradual da população escravizada no Brasil, à medida que o tráfico negreiro foi desencorajado e reprimido (São Paulo, 2024, p. 130).

A análise desse excerto é crucial para a formação do sujeito, para a constituição de suas identificações, porque traz à tona a importância do estudo da História real, não contada somente pelo branco, ou pelas autoridades da época, mas contada pelo próprio preto que vivenciou ou vivencia o racismo “na pele”. Isso é fundamental para a compreensão do processo de construção da sociedade, de forma que os negros sejam respeitados e valorizados, como todos devem ser. A Lei Eusébio de Queirós representa uma fase crítica do movimento abolicionista, e para os estudantes entenderem a relevância, é fundamental reconhecer como as estruturas de poder e opressão foram desafiadas, e como, progressivamente, essas transformações contribuíram para moldar a identidade nacional. Além disso, é importante refletir quem era o negro antes e depois da “suposta” abolição, uma vez que estes continuaram segregados, carregando os estigmas de serem negros numa sociedade em que a cor da pele significa muito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do livro didático Currículo em Ação, do 1º ao 4º volume do 4º ano, distribuído pela secretaria de educação do estado de São Paulo e adotado em uma escola pública do município de Ilha Solteira (SP), nos leva a entender a necessidade de revisar e atualizar esses materiais, visando a reflexão sobre as desigualdades.

Como observado nos excertos do livro didático em análise, ainda temos uma educação que perpetua estereótipos raciais, menciona as negociações dos povos africanos como se fosse “trocas de mercadorias”, utilizando-se termos como se os escravizados fossem animais, sobretudo quando se utiliza “sobreviventes eram desembarcados”, já que estes eram “desembarcados” (gado) e vendidos nos Portos.



Esses discursos naturalizam as desigualdades raciais e reforçam preconceitos ao invés de promover uma compreensão crítica das relações raciais (Ricken, 2024). Os termos utilizados são comumente utilizados para coisas e animais, naturalizando desde sempre, até os dias de hoje esses povos, como coisa, seres inferiores, reforçando a questão do preconceito e da estereotipação. Uma estereotipia que nos remete ao fato de ainda hoje, sermos denominados de “macacos” por muitos que se consideram brancos em nossa sociedade.

Para isso, é preciso a implementação de políticas educacionais que promovam a revisão e atualização desses recursos, que são instrumentos utilizados nas escolas para o processo de ensino e aprendizagem. É essencial que esses materiais provoquem reflexões acerca da diversidade da sociedade brasileira ao encontro de uma educação inclusiva.

É válido destacar que a formação de professores é outro aspecto crucial. Portanto, educadores bem-preparados são fundamentais para a mediação dos conteúdos disponibilizados nos livros didáticos, visando a reverter certos conteúdos presentes nos LD, possibilitando discussões sobre raça e racismo em sala de aula, bem como, sobre os diversos aspectos acerca da diversidade. No entanto, é visto que essa mesma formação não acontece de forma contínua no ambiente escolar, dificultando assim uma abordagem mais profunda sobre a temática do racismo. O impacto de uma educação antirracista vai além da sala de aula, pois ao formar cidadãos conscientes e reflexivos, visando a promover a igualdade e respeito mútuo entre as pessoas, considerando que a educação antirracista ajuda a criar uma base para uma sociedade mais justa. Quando as pessoas são educadas desde cedo sobre a importância da diversidade e da inclusão, conseqüentemente, podemos ter mudanças sistêmica na educação e no meio social

Este artigo destacou a importância da Análise do Discurso na investigação das representações do racismo nos livros didáticos. A naturalização do racismo e a inclusão de narrativas diversas são fundamentais para a formação de uma sociedade mais equitativa. Por isso, é crucial um esforço contínuo para revisar e atualizar os materiais didáticos, assegurando que eles contribuam para uma educação inclusiva e antirracista.

Foi possível identificar que existe a naturalização do racismo nos livros didáticos. O que se questiona é como esses conteúdos são aplicados no processo de ensino e aprendizagem, de forma a garantir um estudo sobre a temática, demonstrando ser importante o conhecimento sobre as questões raciais, sobre como abordar o tema e enfrentar essa causa no meio social, sobretudo dentro da escola, onde formamos sujeitos para atuarem socialmente.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais e Ética.** Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1995.

BRASIL. **Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

ALONSO, A. Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, v. 13, p. 166-199, 2011.

BASTOS, G. G. **Os sujeitos-gays nas tramas da(s) rede(s):** o discurso sobre os aplicativos de relacionamento. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

CAMPELLO, A. B. **Manual jurídico da escravidão: Império do Brasil.** Paco Editorial, 2018.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

DA SILVA, F. C. Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: caminhos necessários para uma educação antirracista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 33, p. 66-84, 2020.

DE CARVALHO, G. P. et al. Ação afirmativa e educação para as relações étnico-raciais: a interdisciplinaridade na escola. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 10, p. 22704-22718, 2023.

DOS SANTOS, J. R. **A escravidão no Brasil.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

FARIA, J. R. **Teatro e escravidão no Brasil.** São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2022.

FOUCAULT, M. *et al.* **Michel Foucault.** Orange Press, 2009.

FOUCAULT, M. A arqueologia do conhecimento, trad. **AM Sheridan Smith**, Nova York, v. 24, p. 127, 1972.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GREGOLIN, M. do R. V. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: Claraluz, 2004.



KLEIN, A. M. **Projetos de vida e escola**: A percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2011.

LEMOV, D. **Aula nota 10 2.0**: 62 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2018.

MACEDO, A. Negar, silenciar, apagar: a gestão escolar frente à educação antirracista-um estudo de caso. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 9, n. 22, p. 385-408, 2017.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**. Campinas: Ed. Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

PINSKY, J. **Escravidão no Brasil**. Editora Contexto, 2015.

RICKEN, C.; LINO, J. T. A teoria da evolução e as origens da humanidade nos livros didáticos de história: uma análise a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2020. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 3, p. e3769-e3769, 2024.

SÃO PAULO. **Currículo em Ação. Livro do Estudante: Ciências, Geografia, História, Língua Inglesa, Tecnologia & Inovação**, 2024. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wpcontent/uploads/2024/09/cadestud-4ano-4-bimestre-web.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SILVA, D. N. **Revolução Francesa**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-francesa.htm>. Acesso em: 24 mai. 2023.

XAVIER, R. C. L. **A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos**. Chanceler, p. 15, 2008.

Enviado em: 13/11/2024
Aceito em: 07/04/2025